



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010714-60.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Exequente: **Paulo Migliatto**  
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

O exequente PAULO MIGLIATO propôs a presente ação para dar cumprimento à sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, movida pelo IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que tramitou pela 12ª Vara Cível de Brasília – DF, já transitada em julgado, que reconheceu o direito aos poupadores à aplicação do IPC incidente sobre o mês de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%.

Juntou documentos (fls. 22/29).

Decisão de fls. 31 determinou para o exequente manifestar-se sobre eventual coisa julgada e má-fé, ante a existência de ações que tramitaram perante o Juizado Especial Cível, onde já houve recebimento das diferenças de correção monetária.

É o relatório. Decido.

A hipótese é de reconhecimento de coisa julgada.

O autor ajuizou anteriormente as seguintes ações que tramitaram perante o Juizado Especial Cível dessa Comarca:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

1. Processo nº 0022682-56.2007.8.26.056, tendo por objeto a conta poupança nº 200.013.918-8;

2. Processo nº 18049-02.2007.8.26.0566, tendo por objeto as contas poupança nº 110.013.918-1 e nº 300.013.918-6;

3. Em relação ao processo nº 001780-53.2007.8.26.0566, não demonstrou possuir outra conta diferente da nº 100.013.918-X.

Naqueles autos, conforme consulta SAJ, já houve recebimento da diferença de correção monetária relativa ao plano verão das contas poupança, objeto desta ação.

Destarte, reconheço a existência de coisa julgada, JULGANDO EXTINTO sem resolução de mérito o presente feito, nos termos do art. 485, V do NCPC.

Custas *ex lege*, concedendo-se ao autor os benefícios da Justiça Gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 30 de novembro de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**